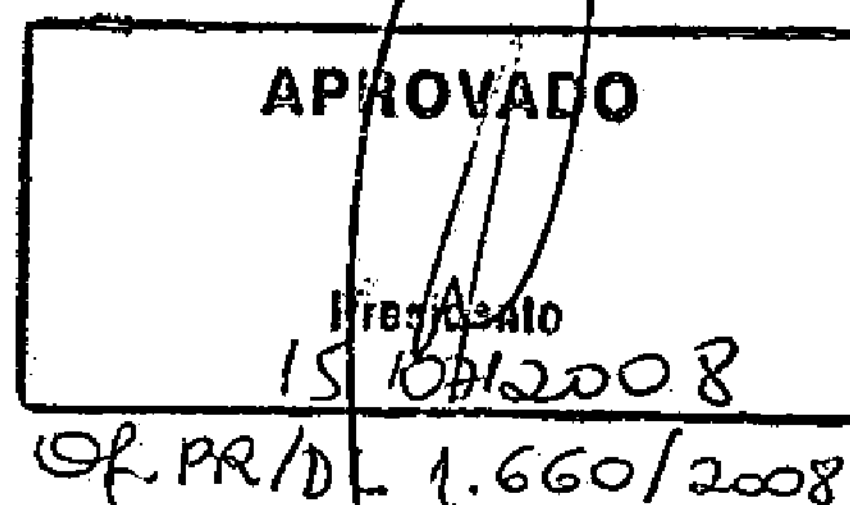
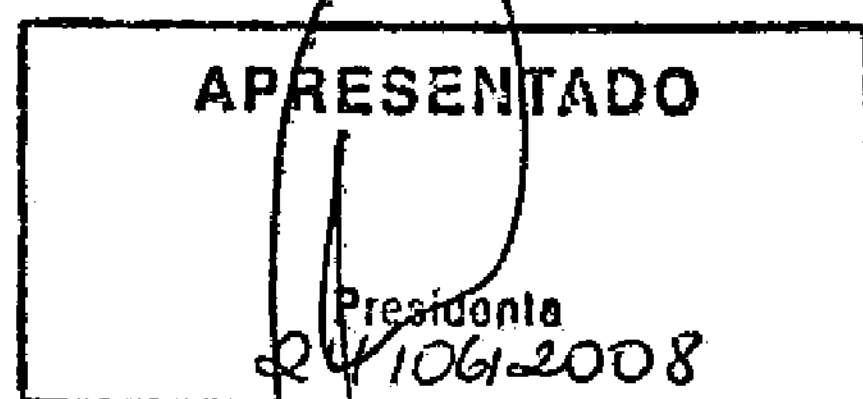




Apelo ao Senado da República por aprovação do Projeto de Lei 1.890/2007, do Deputado Mauro Nazif (PSB-RO), que acrescenta dispositivo à Lei 8.662/1993, para dispor sobre a duração do trabalho de assistente social.



Considerando que a jornada de trabalho de um assistente social é a mesma de qualquer outro trabalhador brasileiro, ou seja, 44 horas semanais, sem levar em conta as peculiaridades deste serviço cujos procedimentos se assemelham em muitos pontos, com o atendimento realizado pelos profissionais da área da saúde;

Considerando que, na tentativa de se tentar sanar esta falha do sistema, o Deputado Federal Mauro Nazif (PSB-RO), propôs ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 1.890/2007, que 'acrescenta dispositivo à Lei 8.662, de 07 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social' e, tendo obtido aprovação na Câmara dos Deputados, seguiu para o Senado da República, onde aguarda o momento de ser apreciado (cópia anexa);

Considerando que a aprovação da referida proposição traria justiça a esta categoria profissional que tem problemas sérios, no âmbito da saúde, pois está atreita à fadiga extrema devido ao desgaste físico e psicológico proporcionado pelas sucessivas exposições na constante atuação em hospitais, cadeias, clínicas, centros de reabilitações e etc.;

Considerando que, [com base nas possibilidades acima mencionadas e nas cargas horárias de profissionais como médicos, laboratoristas, radiologistas, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, cujas cargas horárias variam entre 8, 24, 25 e 30 horas semanais] convém seja aprovado o referido projeto - medida que, em verdade, pouco mudaria para os empregadores e traria um grande diferencial para os valorosos profissionais da área da assistência social;

Apresentamos à Mesa, na forma regimental, sob apreciação do soberano Plenário, esta MOÇÃO DE Apelo ao Senado da República por aprovação do Projeto de Lei 1.890/2007, do Deputado Mauro Nazif (PSB-RO), que acrescenta dispositivo à Lei 8.662/1993, para dispor sobre a duração do trabalho de assistente social, dando-se ciência desta deliberação ao autor da matéria e ao Presidente do Senado da República extensivamente aos líderes de bancada.

Sala das Sessões, 24/06/2008

GERSON HENRIQUE SARTORI

PROJETO DE LEI Nº , DE 2007

(Do Sr. Mauro Nazif)

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 5º-A. A duração do trabalho do Assistente Social é de trinta horas semanais."

Art. 2º Aos profissionais com contrato de trabalho em vigor na data de publicação desta Lei, é garantida a adequação da jornada de trabalho, vedada a redução do salário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A limitação da jornada de trabalho visa primordialmente a preservar a saúde e a segurança dos trabalhadores.

Como regra geral, a Constituição Federal fixou, no art. 7º, inciso XIII, a duração do trabalho em 8 horas diárias e 44 semanais. Algumas atividades, entretanto, exigem mais do trabalhador, levando-o mais rapidamente à fadiga, pelo desgaste físico ou psicológico. Sua produtividade

fica comprometida, e o trabalhador exposto a doenças profissionais e acidentes de trabalho. Em consequência, os usuários dos seus serviços também correm riscos maiores.

A maior exposição à fadiga, causada pelo exercício de determinadas profissões, justifica, portanto, a fixação de jornadas reduzidas de trabalho.

Os assistentes sociais constituem, sem dúvida, uma categoria cujo trabalho leva rapidamente à fadiga física, mental e emocional. São profissionais que atuam junto a pessoas que passam pelos mais diversos problemas, seja em hospitais, presídios, clínicas, centros de reabilitação ou em outras entidades destinadas ao acolhimento e à (re)inserção da pessoa na sociedade.

As condições sob as quais os assistentes sociais trabalham muito os aproxima dos profissionais da saúde, que têm direito, em diversos casos, à jornada de trabalho reduzida. É este o caso, por exemplo, dos médicos, que fazem jus a jornada de no mínimo 2 e no máximo 4 horas diárias (art. 8º, "a", da Lei 3.999, de 15 de dezembro de 1961); dos auxiliares (auxiliar de laboratorista e radiologista e internos), cuja jornada legal é de 4 horas diárias (art. 8º, "b", da Lei 3.999, de 1961); dos técnicos em radiologia, que têm jornada de 24 horas semanais (art. 14 da Lei 7.394, de 29 de outubro de 1985); e dos fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, que trabalham 30 horas por semana (art. 1º da Lei 8.856, de 1º de março de 1994).

O Projeto de Lei que ora apresentamos visa a conceder a jornada reduzida também aos assistentes sociais, cujas atividades são reguladas pela Lei nº 8.662, de 1993.

Por considerarmos ser justa e socialmente relevante a proposição ora apresentada, rogamos aos nobres Pares apoio para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputado Mauro Nazif